

SESSÕES DO PLENÁRIO

111ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 05 de novembro de 2013.

PRESIDENTE: DEP. CACÁ LEÃO *AD HOC*

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângelo Coronel, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Brasileiro, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cel. Gilberto Santana, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gaban, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, J. Carlos, João Bonfim, João Carlos Bacelar, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Júnior, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Temóteo Brito, Tom Araújo, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (61)

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Do Dep. José de Arimatéia, comunicando sua ausência das sessões a partir de 29/10/2013, por um período de 02 (dois) dias, devido a procedimentos clínicos, conforme atestado médico anexo.

Do Dep. Sidelvan Nóbrega, comunicando sua ausência da sessão no dia 24/10/2013, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Marcelino Galo, comunicando sua ausência da sessão no dia 15/10/2013, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Pequeno Expediente.

Antes de passar a palavra ao primeiro orador inscrito, gostaria de cumprimentar o vereador de Conceição do Almeida, meu querido companheiro do Partido Progressista, Lui, que acompanha esta sessão no dia de hoje.

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, deputado Marcelino Galo, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. MARCELINO GALO:- Sr. Presidente, nobres deputados, nobres deputadas, presentes às Galerias, companheiros da imprensa, servidores desta Casa, estamos aqui a comentar uma lamentável fala do ministro Moreira Franco.

O deputado Gaban fala muito sobre a sua profissão. Ele honra a profissão de engenheiro e temos aqui muitos engenheiros. O ministro Moreira Franco, ao ser perguntado sobre o atraso das obras nos aeroportos brasileiros – tendo em vista a realização dos jogos da Copa do Mundo – disse, de forma muito infeliz, deputado Joseildo Ramos, que a culpa era dos engenheiros brasileiros, que eram ruins e não sabiam fazer projetos. Esse ministro passou pela Pasta de Assuntos Estratégicos do governo, mas, sem dúvida nenhuma, a sociedade brasileira não lembra da sua passagem por esse órgão que pensa e formula estratégias de desenvolvimento para o Brasil. Agora, ele assumiu o cargo de ministro-chefe da Secretaria de Aviação Civil.

Temos muito que lamentar uma declaração como essa, esse menosprezo e essa depreciação da engenharia nacional. Esse é o verdadeiro complexo de vira-lata desses colonizados ao depreciar a engenharia brasileira. Hoje, se existe a reconstrução de um país como Angola, lá estão presentes grandes empresas brasileiras de engenharia, com profissionais formados em nosso País.

Se houve um hiato na formação de engenheiros no Brasil, deputado Joseildo Ramos, foi justamente na época do mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Foi a década perdida, porque não havia investimentos públicos e os nossos engenheiros foram deslocando-se para a área financeira ou para o subemprego. Naquela época algumas categorias foram efetivadas como carreiras de Estado, a exemplo dos advogados, que passaram a ser juízes e promotores, mas isso não aconteceu com a engenharia. Portanto, temos muito a lamentar que um ex-governador, ex-ministro de outras pastas veja a realidade dessa maneira, quando ele deveria, justamente, pelas funções que ocupou durante toda sua vida, inclusive a de governador, estimular não só a formação, como também a qualificação e a absorção dos profissionais de Engenharia, que são muito mal pagos neste País. Para citar somente um absurdo em relação ao que significa um Estado que não conseguimos reformar até hoje para servir à sociedade, os órgãos de controle e fiscalização têm

mais engenheiros, de todas as áreas, do que o próprio DNIT.

Isso reflete um aparelho de Estado deformado, que não está ali para desenvolver a sociedade, mas, sim, para formar uma burocracia que vive e consome, alimenta-se do Estado.

Então, quero, aqui, criticar veementemente essa posição do ministro Moreira Franco, deputado Joseildo Ramos, que deveria, na posição que ocupa hoje, estudar mais e compreender a realidade deste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Em permuta com o deputado Adolfo Menezes, concedo a palavra ao deputado Joseildo Ramos, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, todos que nos assistem neste momento, venho à tribuna para tratar de um tema relacionado a mais um paradigma que o governo Lula/Dilma tem quebrado, passando por cima do status quo e tentando resolver problemas atávicos que perturbavam a possibilidade de crescimento da sociedade brasileira, especificamente no tocante à questão da interiorização do exercício da Medicina no Brasil.

Eis que a presidente Dilma, do alto da necessidade e, acima de tudo, da legitimidade do seu ato enquanto presidente que altera o status quo, que vai contra uma corporação poderosa, ergue um programa que nasceu para ser vitorioso: o Programa Mais Médicos. É um programa que está no âmago da necessidade e do interesse da população brasileira, mas que vai significar, acima de tudo – além da interiorização do profissional de Medicina, priorizando o profissional brasileiro, mas dando a oportunidade de virem médicos estrangeiros, principalmente da América do Sul e de Cuba, o reino da solidariedade –, a estruturação, decorrente dessa iniciativa, da estrutura do atendimento básico de média e alta complexidades em todos os rincões do território nacional.

Aqui, na Bahia, onde há décadas os governos de um passado recente afunilaram as oportunidades de investimento, principalmente na prevenção à saúde, na atenção básica, na promoção à saúde, o Programa Mais Médicos vai dar a oportunidade, a partir de um edital que está em vigência e cuja inscrição vai até o dia 8, às prefeituras e aos territórios de identidade ao qual pertencem poderem estar à disposição desse magnífico esforço, dessa tomada de decisão benfazeja da presidente Dilma no sentido de interiorizar, através inclusive das faculdades privadas, nas quais existe o Programa Prouni, Universidade para Todos, a possibilidade de todas as camadas da sociedade brasileira formarem seus médicos onde eles são necessários. É lá onde a cultura local viceja que a gente vai interiorizar as oportunidades.

É um momento importante, pois Alagoinhas vai ter a oportunidade, através da Unirb, de ofertar um curso de Medicina, mas também outros municípios importantes terão a oportunidade de trabalhar de maneira territorializada, de maneira que a sociedade brasileira dentro de pouco tempo possa ter a sua disposição, com a

capilaridade necessária, a formação da Medicina interiorizada neste País.

Portanto, é um movimento revolucionário, de importância vital para que a gente mantenha em um patamar de oportunidade interiorizada a possibilidade de ter milhares e milhares de formandos em Medicina em todo o interior do Brasil.

Essa é uma notícia alvissareira, Sr. Presidente. Muito obrigado pela sua costumeira tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):-Com a palavra o deputado Adolfo Menezes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, deputadas Luiza Maia e Maria Luiza Laudano, hoje na manchete do jornal A Tarde vimos que o governo vai tomar providências para coibir uma parte dos que têm carro na nossa capital e em todo o Estado, a daqueles que não pagam o IPVA. Não é justo que a maioria da população que dispõe de veículos pague e outros não paguem.

O que eu quero dizer com isso é que os técnicos sabem o que fazer. Os problema é quando se vai fazer. Isso já deveria ter sido feito há muito tempo, porque são mais recursos nesta hora em que o Estado passa por uma dificuldade financeira. E é uma obrigação que todos têm de cumprir. Vi que a partir de hoje acontece blitz em toda a cidade para que esses maus pagadores, por uma questão ou outra que não se justifica, paguem como a maioria da população.

Aproveito este Pequeno Expediente também para elogiar o grande governador Wagner, a despeito de críticas que é normal a Oposição fazer. Mas nós ouvimos em todas as sessões dizerem, deputada Maria Luiza Laudano, que este grande governador vai deixar um legado muito grande a todos os baianos.

Sexta-feira a Bahia teve a oportunidade de assistir - e alguns, de prestigiar - à inauguração de uma obra de meio bilhão de reais, a maior obra dos últimos 30 anos na nossa capital, a Via Expressa.

Os baianos passam pela Paralela, que se transformou em um canteiro de obras. Temos os viadutos de Narandiba e do Imbuí, a duplicação da Pinto de Aguiar, o Estaleiro do Paraguaçu, a Ferrovia Oeste-Leste, a Fonte Nova, Pituaçu, investimento em água, 7.000 quilômetros de estradas - tudo isso feito nestes 7 anos de governo.

Houve aumento salarial como nenhum outro governador concedeu a todas as classes. Nós vemos hoje. É claro que para a política sempre vai faltar muita coisa. Se V.Ex^a perguntar se estou satisfeito, vou dizer que não, porque não tenho, como os outros deputados também não têm, como levar as reivindicações - que nenhum governo tem condição de atender - das necessidades que são imensas para esta grande Bahia.

Não estou satisfeito, mas pela forma como este governador trata... Não sou político, deputado Gaban, na acepção da palavra, porque tenho dito que se ficasse um deputado sozinho com o o governador Jaques Wagner, esse seria o deputado Adolfo.

Eu gostaria de dizer que não tem nada a ver com o processo que acontece em Campo Formoso, até porque, se o governador mandasse em tribunal, esse processo já

teria sido resolvido desde janeiro. Os homens do tribunal são independentes, têm lá o seu mandato de dois anos, e sabemos perfeitamente se falarmos em política lá muitas vezes podemos atrapalhar.

Eu digo isso por uma coisa que acredito ser uma das características marcantes e importantes em um homem público, não só em um homem público, mas principalmente em um homem público ou em qualquer ser humano, que é a lealdade. Então, só pela forma como o governador Jaques Wagner me trata pessoalmente – não estou falando de obras, em trinta município nos quais fui votado, deputado Luciano, em 28 municípios eu não tive absolutamente nada de realização nesses sete anos, mas a forma pessoal me comprou. Muitos podem achar que sou inocente, que sou ingênuo, mas prefiro ser ingênuo e ficar com a lealdade. As pessoas me compram com pouca coisa.

Eu acredito, deputado Sandro Régis, meu amigo particular que dirige esta sessão nesta tarde, eu acredito que até a Oposição – Paulo Souto, ACM Neto – vai me conhecer dessa forma, por lealdade. Quando dou a palavra eu cumpro, nem que eu vá para o buraco junto com qualquer um que eu esteja. Esta é a minha forma.

Então, não acredito que seja ingenuidade. Mesmo que eu tenha de perder eleição, mesmo que eu me prejudique, mas por uma questão de lealdade eu estarei até o fim com esse grande governador.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado Adolfo Menezes, quero aqui registrar que, a partir de 2015, as oposições estarão de braços abertos para V.Ex^a, que será Situação e será muito bem tratado, ao contrário do tratamento que o governo vem lhe dando ao longo do governo Jaques Wagner.

O deputado João Carlos Bacelar cede agora seu horário para a deputada Luiza Maia falar por até 5 minutos. Gostaria de que V.Ex^a agradecesse essa gentileza ao deputado João Carlos Bacelar.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, V.Ex^a hoje está realmente muito desprendido, mas eu seria a segunda a falar. Já o agradeço.

O que quero dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que no dia 15 de fevereiro de 2013, eu apresentei um requerimento solicitando a CPI do Tráfico de Pessoas, e hoje, oito meses depois, conseguimos fazer a primeira reunião. Eu estou muito feliz, muito contente, apesar de o assunto da CPI ser um assunto triste, porque discutir, debater o tráfico de pessoas em pleno século XXI não deixa nenhum deputado feliz nem contente. Mas estou feliz porque a primeira reunião, além de ser muito representativa, foi também muito participativa.

Tivemos a presença de seis deputados; membros da Comissão de Mulheres da OAB e da Defensoria Pública; pessoas dos movimentos sociais ligados à luta das mulheres; pessoas do Cedeca, do CHAME, a companheira Jaqueline, a Dr^a Regina – advogada que trata dessa questão, que tem um escritório na Bahia, em São Paulo e Portugal; o companheiro Dr. Waldemar, também do Cedeca. Então, foi assim muito

importante. Também compareceu Sr. Fernando Amorim, que é da da Polícia Técnica da Polícia Civil, que também tem um trabalho realizado nessa área.

Foi um debate muito importante. Fizemos uma discussão bem produtiva. Aprovamos um roteiro, um plano de trabalho com algumas audiência – não vai dar tempo de eu ler tudo aqui – e sessões ordinárias. Recebemos também representante do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e o representante da 1ª Vara da Infância e da Juventude. Então, foi uma primeira reunião bastante representativa e o debate foi, também, muito produtivo.

Quero dizer a esta Casa que acho importante a Assembleia Legislativa da Bahia contribuir para esse debate, contribuir para que desbaratemos essas quadrilhas que estão, hoje, deixando a Bahia na posição do 3º estado do País onde mais se trafica pessoas, tanto internamente como para fora do Brasil. Por isso, nessa CPI, além do tráfico de mulheres para fins de exploração sexual, vamos tratar também do tráfico de crianças através de doações ilegais.

E já estaremos fazendo um estudo para a alteração da lei, deputada Maria Luiza. Isso porque também vemos os nossos orfanatos abarrotados de crianças, esperando uma família, e a legislação brasileira dificulta muito a adoção. São medidas que a nossa CPI vai apresentar no final dos trabalhos para ajudar, também, na solução dessas questões.

Crianças e adolescentes desaparecidas e a relação com o tráfico de pessoas. Vamos tentar dialogar com os programas de TV que vão às praças públicas, pedindo que as pessoas apresentem nomes de pessoas desaparecidas e fotos para que também possamos ajudar na investigação dessa relação com o tráfico de pessoas.

O tráfico para fins de trabalho escravo, para fins de extração de órgãos. Tudo isso são questões de que a CPI vai cuidar, porque estamos entendendo que é uma rede ampla com ligações no Brasil. Vamos tentar fazer, pelo menos, umas cinco ou seis audiências públicas nos municípios que estão na rota do tráfico nacional e internacional. Tenho plena certeza de que, a partir do final dessa CPI, a Bahia vai sair dessa posição em que se encontra e nós vamos, realmente, resgatar todas as nossas jovens, as nossas crianças que estão nessa situação de traficadas.

Por isso, queria, aqui, agradecer aos deputados que participaram conosco dessa primeira reunião e convidar todos, independentemente de ser membro... V.Exª, inclusive, é membro efetivo dessa comissão.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Para concluir, Srª Deputada.

A Srª LUIZA MAIA:- Estou concluindo, Sr. Presidente.

Mas, independentemente de ser membro ou não da comissão, gostaria de ter a presença de todos, porque sei que vai enriquecer o nosso debate e aprofundar os nossos trabalhos.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra, por até 5 minutos, o deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Srªs Deputadas, Srs.

Deputados, em dezembro de 2012, de afogadilho, naqueles acordos feitos devido ao cansaço dos deputados, esta Casa aprovou a famigerada Taxa de Combate a Incêndio, que tem como fato gerador o consumo de energia elétrica. A cada 100 quilowatts consumidos incide o valor de R\$ 0,50 para imóveis residenciais e R\$ 0,90 para imóveis não residenciais.

Vejamos, deputada Maria Luiza, o absurdo dessa taxa: um posto de gasolina e um supermercado, quem consome mais energia? Lógico que é o supermercado. E quem apresenta mais risco de incêndio, um posto de gasolina ou um supermercado? Tem supermercado nesta cidade, deputada Maria Luiza Laudano, pagando R\$ 80 mil de Taxa de Combate a Incêndio.

Quem apresenta mais risco de incêndio, uma indústria de produtos químicos ou uma indústria têxtil? Lógico que é uma indústria de produtos químicos. Mas a indústria têxtil gasta mais energia!

E o caso das padarias: uma usa energia elétrica e outra usa gás natural!

Tudo que se faz neste governo é malfeito, sem técnica, de afogadilho. E essa taxa está sendo contestada na Justiça.

Para vocês terem uma ideia, a verba do Corpo de Bombeiros hoje é de três milhões de reais e para colocar o Corpo de Bombeiros da Bahia igual ao de Chicago, 30 milhões de reais. Essa taxa irá gerar para os cofres do governo do Estado 300 milhões de reais e onde o governo irá colocar esses 270 milhões de reais? Cobrir o buraco do seu déficit, um governo perdulário, descontrolado, que não tem planejamento e agora usa e abusa desse tipo de taxa para poder cobrir o seu déficit.

Não tem nada de combate a incêndio, o que o governo do Estado quer é apenas recursos para encobrir a sua incapacidade na área fazendária, para cobrir o caos que foi e é a administração fazendária no Estado da Bahia, 300 milhões de reais.

Deputado Carlos Brasileiro, a Bahia tem 5 milhões e 300 mil consumidores de energia elétrica, demagogicamente o governo concentra a cobrança dessa taxa de incêndio em 20 mil contribuintes, poderia diluir essa taxa para os outros 5 milhões e 280 mil contribuintes, seria uma taxa irrisória e que estaria num universo muito maior de contribuintes, mas não, da mesma forma que fizeram aqui a Lei do Refis, onde só beneficia o grande contribuinte, eles estão precisando arrecadar rápido, urgente, sem nenhuma burocracia para cobrir o grande déficit que existe.

A Oposição irá obstruir os trabalhos, decidimos hoje em reunião nesta Casa, até o governo alterar esta famigerada taxa de combate ao incêndio. Têm indústrias no Polo Petroquímico de Camaçari que deverão pagar este ano de taxa de combate a incêndio, 1 milhão e 200 mil reais, é um governo que não tem nenhuma política de desenvolvimento, é um governo que não tem nenhuma política de austeridade, que não tem nenhuma política fiscal, a não ser arrochar o contribuinte para cobrir a sua incompetência na área fazendária.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra a deputada Maria Luiza

Laudano, por até 5 minutos.

A Sr^a MARIA LUIZA LAUDANO:- Sr. Presidente desta sessão, meu querido amigo Sandro Régis, queridos deputados, taquigrafas, imprensa, ouvintes da TV Assembleia, ontem, tivemos aqui uma sessão para a entrega da Comenda 2 de Julho ao Secretário Jorge Solla, e tenha certeza que foi uma sessão brilhante e concorrida.

Mas sempre elogiei desta tribuna que ele é um dos melhores secretários que o governo Wagner tem e digo isso porque Jorge Solla é um secretário que atende a todos nós deputados sem olhar a facção partidária, qualquer hora do dia ou da noite, domingo ou feriado, ou quando está em Brasília, responde com atenção aos nossos reclames, aos nossos pedidos e ficamos contentes porque toma as devidas providências nos casos em que nós deputados somos procurados pelos munícipes aflitos, como também quando os pacientes estão dependendo da regulação devido à falta de leitos.

Eu não poderia deixar de enumerar os feitos do nosso secretário da Saúde Jorge Solla. Ele, realmente, tem feito muitos empreendimentos não só aqui em Salvador mas também em todo o interior do Estado da Bahia. Não posso deixar de dizer que ainda temos problemas difíceis na área da Saúde. Quanto mais se trabalha pela saúde mais a população é acometida por doenças, e as pessoas que não têm planos de saúde precisam ser socorridas pelo SUS, e muitas vezes não há leitos, pois há uma grande demanda de pessoas do interior e da capital.

O nosso secretário da Saúde está de parabéns por muitas obras que vem realizando no Estado. Vejamos: abriu em Teixeira de Freitas a Oficina de Pactuação Articulada e a Programação das Ações de Vigilância da Saúde, no período de 2003 a 2015. Desde o início da vida pública em Vitória da Conquista, o nosso secretário procurou fazer uma saúde não diria de primeiro mundo, mas que atendesse aos reclamos das comunidades. E aí quero citar o Hospital Regional de Irecê, em 2008; o Hospital Regional de Juazeiro, em 2009; o Hospital Regional de Santo Antônio de Jesus, em 2009; o Hospital Estadual da Criança, em 2010; o Hospital do Subúrbio, em 2010; o Centro de Referência de Queimados do Hospital Regional de Santo Antônio de Jesus. Além disso, foram criados 5.209 leitos em Salvador e em todo o Estado. Destacamos ainda, Srs. Deputados, a ampliação do Hospital Couto Maia, do Hospital Geral do Estado; a nova emergência do Hospital Prado Valadares de Jequié; o novo Hospital São Jorge em Salvador, com 130 leitos; o Hospital Dia Cirúrgico e também a construção do prédio anexo ao Hospital Roberto Santos; a segunda etapa da construção do Hospital Regional da Chapada, em Seabra; a nova emergência do Hospital Ernesto Simões Filho; o Hospital Geral Clériston Andrade, em Feira de Santana. Além disso, foram entregues 341 ambulâncias, 44 “motolâncias” e 19 centrais de regulação de urgência.

Então, se eu ficasse aqui a enumerar, deputado Zé Raimundo, teríamos de dizer que o secretário Jorge Solla é um dos melhores secretários. Não podemos esconder isso, porque ele é um homem capaz, humilde, sincero, honesto, tem os seus méritos e corresponde aos anseios da população da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.
(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o deputado Zé Raimundo por 5 minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, nobres colegas deputados e deputadas, imprensa, assessores do nosso gabinete, TV Assembleia.

Gostaria, Sr. Presidente, de deixar registrada nesta tarde a minha manifestação de louvor aos companheiros, amigos do município de Tremedal dos Ferraz, como é mais conhecida a cidade na região, pela passagem de mais um aniversário, 60 anos, daquele belo município.

Gostaria de abraçar o prefeito Márcio Ferraz, a vereadora Mônica, e deixar também aqui meus cumprimentos para a família de Adelmário Pinheiro, ao ex-deputado e ex-secretário Luiz Umberto Pinheiro, e a um colaborador desta Casa, o Dr. Délio Pinheiro, que são filhos de Adelmário Pinheiro, filhos daquela terra, onde funciona hoje o Instituto Adelmário Pinheiro, destinado a promover a cultura e a memória daquela bela cidade.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, gostaria de parabenizar, também, já em outra ordem, em outro horizonte, a ação fiscal do Ministério do Trabalho realizada nas obras de construção da FIOL.

O Grupo Móvel de Auditoria de Condições de Trabalho em Obras de Infraestrutura, com a sigla GMAI, esteve entre os dias 15 e 25 de outubro naquela região, entre Caetité e Ipiaú, fiscalizando as construções, as obras da FIOL. E este grupo visitou vários trechos, principalmente, os trechos 2, 3 e 4, onde a Valec constrói a FIOL.

De forma muito especial, o GMAI visitou todos os espaços das empresas, das construtoras Galvão Engenharia, consórcio construtor Torc/Ivaí/Cavan e o consórcio construtor da Andrade Gutiérrez e Barbosa Melo.

A fiscalização alcançou também as diversas subcontratadas que prestam serviços de diversas naturezas a essas empreiteiras, desde as atividades de explosão e desmonte de rochas, construção de pontes, passando por transporte de trabalhadores e fornecimento de refeições.

O Gmai é um grupo de fiscalização móvel coordenado pelo Departamento de Segurança e Saúde do Trabalho, do Ministério do Trabalho, em especial da Secretaria de Inspeção do Trabalho desse ministério.

O grupo é formado por cerca de 24 auditores fiscais e foi criado em 2012 para autuar e ao mesmo tempo fiscalizar aquelas irregularidades que possam ser verificadas em grandes obras em todo o território nacional, com o foco em obras de infraestrutura, que abrangem a infraestrutura energética, usinas hidrelétricas, termoeletricas, usinas nucleares, no caso de Angra dos Reis, e também infraestrutura de transportes, obras de portos, aeroportos, rodovias e ferrovias. E ainda obras do PAC, de mobilidade urbana. Teve o seu poder fiscalizador estendido para grandes obras de construção privada, alcançando, portanto, as grandes obras de mineração, de

fábricas de celulose e grandes projetos de extração e beneficiamento de minério.

O foco de atuação do grupo é, prioritariamente, a fiscalização de aspectos relacionados à segurança e saúde do trabalhador, como condições sanitárias, alojamento, área de vivência, alimentação, transporte, jornada e descanso, bem como tudo aquilo que diz respeito à dignidade e ao trabalho digno para a nossa classe trabalhadora.

Quero dizer, Sr. Presidente, que essa fiscalização na região Sudoeste da Bahia abrangeu várias ações e foram lavrados 273 autos de infração contra empresas, principalmente as subcontratadas.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Para concluir, deputado.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- E, finalmente, foram interditados vários espaços dessas construções principalmente relacionados a problemas de condições de instalações sanitárias, falta de local para refeição, falta de condições de trabalho. Enfim, foi uma importante fiscalização com o intuito de mostrar que o governo da presidente Dilma constrói, mas quer, também, defender a dignidade dos trabalhadores brasileiros, Sr. Presidente.

Para ser registrado na ata desta sessão ordinária, passo este documento que é um resumo geral desta importante ação fiscalizadora do GMAI naquela região.

Este era o nosso registro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o nobre deputado, Líder do PMDB na Bahia, Luciano Simões, filho de Itiúba.

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, cabe à Assembleia Legislativa da Bahia, deputado Adolfo Menezes, julgar as contas do Poder Judiciário e fiscalizá-las. E eu vejo, na tarde de hoje, que os Líderes da Oposição e Governo e a Mesa Diretora não se posicionam diante de um quadro de crise como esta.

O CNJ acaba de afastar o atual presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, Mário Hirs, e, também, a ex-presidenta Telma Britto de suas funções. E, ao mesmo tempo, o CNJ abre inquérito contra três senhores desembargadores. Certamente, esses processos, deputado Carlos Geilson, correm em segredo de Justiça.

Mas, pelo placar da votação do CNJ, faz-se necessário que esta Casa, através da Mesa Diretora, digo, o nosso preside Marcelo Nilo e os demais membros, requeira informações do CNJ e do Supremo Tribunal Federal, se os processos ali chegarem.

Vejam, esta Casa Legislativa, deputado Targino, julgará as contas do Poder Judiciário. E a Assembleia não pode se omitir sobre esta questão em um momento como este. Tal querela, hoje, ganhará e está ganhando os noticiários nacionais. Precisamos que a Mesa Diretora se levante e requeira informações sobre o que, realmente, está acontecendo.

Eu tenho, pessoalmente, uma grande admiração pelo atual presidente do tribunal, pois é um homem, considerado por toda a Bahia, de reputação ilibada com

uma trajetória admirada na magistratura. Mas, em um momento como este, de um julgamento em nível nacional, a Assembleia Legislativa da Bahia tem, por obrigação, deputado Elmar, de, também, se posicionar.

As contas do Poder Judiciário virão à Assembleia Legislativa da Bahia. Como esta Casa poderá se posicionar se não há, sequer, nem mesmo uma informação a respeito da coisa que, praticamente, já foi julgada pelo CNJ? E a Assembleia não pode fechar os olhos, como faz, aqui, com a carta branca que se dá, a todo momento, ao governo do estado. Isso deixa a Assembleia atônita.

Acabei de ouvir o companheiro que admiro, o deputado Adolfo Menezes, dizer desta tribuna que foi votado em 30 municípios e que, em 28 deles, não foi atendido em um pedido de obra sequer. E a Assembleia não pode ter, aqui, a posição política de se calar, ficar atônita e não ter uma solução a respeito já que, aqui, estão os senhores com um mandato que o povo deu com a competência de julgar as contas do Judiciário.

Vamos esperar que a Mesa Diretora se posicione diante desta crise instalada no Judiciário baiano e diante de um julgamento que, hoje, será matéria em rede nacional de notícias. Esta Casa é o órgão julgador das contas do Poder Judiciário e, ao mesmo tempo, há de ter uma posição oficial, a fim de que não se julgue, aqui, contas do Poder Judiciário ou de Tribunal de Contas às cegas.

Esse é o meu pronunciamento, e eu espero que a Mesa Diretora, dentro da sua competência que lhe cabe pelo Regimento Interno da Casa e pela Constituição estadual, requeira informações do que foi julgado, nesta manhã, no Conselho Nacional de Justiça, para que os membros da Comissão de Finanças, da Comissão de Orçamento, tenham conhecimento, para poder exercer o que o mandato e o povo deliberou nas últimas eleições, que foi fiscalizar e julgar as contas do Poder Judiciário.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o vice-Líder da Oposição, em exercício, deputado Gaban.

O Sr. GABAN:- Meu caro presidente, deputado Sandro Régis, minha cara deputada Maria Luiza, prezados deputados, hoje podemos dizer que estamos até de alma lavada, a cultura do Estado da Bahia ganhou o primeiro round.

O governo do Estado pretendia, numa reunião conjunta de quatro comissões temáticas, o que é raro, aliás, nesta Casa, levar para discussão, aprovar o Projeto de Lei nº 20. 504/2013, que institui o Fundo Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural do nosso Estado. Até aí nada demais, eu acho que todo fundo para preservar um patrimônio cultural de um Estado tem que ser levado a sério e tem que ser criado. O mês de outubro chegou ao fim, e o poder de investimento do Estado, até o mês de outubro, não atingiu a média de 4,2%, atingiu 4,16% apenas, o que mostra que o governo está literalmente quebrado, está este ano com um débito em caixa de 2 bilhões de reais, finalizado agora no mês de outubro. Mas, então, seria até

recomendável, já que o governo não tem dinheiro para conservar o patrimônio, criar um fundo que pode ter doações de toda e qualquer natureza para preservar o patrimônio.

Agora, o que nos chama a atenção é que os recursos deste fundo que o governo quer aprovar é para destinar à Conder, uma empresa para construir obras na Região Metropolitana de Salvador, deputado Carlos Brasileiro, e ela não tem técnicos competentes, ela não tem museólogo, não tem restauradores, como é que vai criar um fundo para um órgão que está acostumado a fazer obras rústicas? Não tem competência para isso. Se o governo acabou com as finanças do Estado, tendo um rombo agora, pelo relatório que tiramos hoje, no final de outubro, de 2 bilhões de reais, não pode acabar com a cultura do nosso Estado.

Para que vale o IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural do nosso Estado? Seria mais do que normal, deputado Carlos Brasileiro, deputado Rosemberg, que são homens fortes do PT, que levem isso aí para o governo, para não criar uma confusão também com aqueles que querem preservar a cultura do nosso Estado.

Não tem nenhum sentido a Conder querer administrar um recurso para preservação do patrimônio cultural do nosso Estado, se não temos o IPAC, onde tem lá técnicos competentes de restauração e manutenção de patrimônio histórico. Não é uma obra dura que qualquer peão faça não, precisa ter historiadores, museólogos e restauradores, é um trabalho específico. Então, eu não consigo entender qual o raciocínio do governo para querer apresentar um projeto dessa natureza.

Hoje, exercendo o nosso papel de fiscalização, iríamos obstruir as quatro comissões, e dentro do processo de obstrução foi pedido verificação de quórum presencial, o governo não tinha o quórum necessário e derrubamos a sessão.

Além desse absurdo tem um outro fundo que o governo vai criar, e a gente aprova também, porque o governo está quebrado, e o Estado não pode ficar parado, para os bombeiros do nosso Estado. Mas, da forma que está também é inconstitucional, está eivado de inconstitucionalidade esse projeto, deputado Targino, citando apenas dois exemplos, a tributação desse fundo ou a taxa que os bombeiros vão criar é em função, num dos itens, do consumo de energia elétrica. Então, apenas citando dois exemplos, percebemos que uma padaria com forno à gás tem o consumo mínimo de energia elétrica se comparado com a mesma padaria, a mesma função, o mesmo objeto com consumo elétrico. A que tem consumo elétrico vai pagar muito mais que a à gás, apesar de exercer a mesma coisa e o risco ser o mesmo.

Por exemplo, deputado Targino, um posto de gasolina, e V.Ex^a tem vários postos de gasolina, tem risco enorme de incêndio e baixíssimo consumo de energia elétrica. Vai pagar muito pouco para a taxa dos bombeiros. E o risco é maior.

Então não se pode prejudicar determinadas categorias que estão num mesmo ramo de negócios e têm um único projeto. Dar autonomia administrativa e financeira para o corpo de bombeiros, aprovamos e concordamos. Mas os ajustes necessários têm que ser feitos. Temos mais uma semana. Conseguimos que não fossem votados hoje.

Deputado João Bacelar, tenho conhecimento e V.Ex^a me mostrou que tem em

mãos várias ações que já entraram contra o projeto original, aprovado pelo governo. Há mais uma semana para discutirmos. Deputado Carlos Brasileiro, somos a favor dos dois fundos desde que se tire a inconstitucionalidade do dos bombeiros, já que somos favoráveis a que os bombeiros tenham os seus recursos para que definam o que vão fazer, tenham poder de investimento e não dependam do caixa do Estado. Até porque na maioria dos estados da Federação os bombeiros assim trabalham e dá certo. Até para recuperar também os equipamentos.

Da mesma forma para preservar o patrimônio cultural do Estado da Bahia, somos plenamente favoráveis a que seja criado esse fundo. Mas que seja administrado pelo IPAC e nunca, em hipótese alguma, pela Conder que não tem equipe necessária para fazer a restauração que o patrimônio cultural da Bahia precisa e merece.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o nobre deputado Targino Machado.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, a uma altura dessas da vida eu achava que nada mais poderia surpreender-me. Estou surpreso e surpreendido, aqui, hoje, no plenário desta Casa. Surpreso por ver as galerias vazias, surpreso por ver a tribuna de Imprensa esvaziada – apesar da estatura pessoal e profissional dos poucos jornalistas presentes. Mas eu esperava que houvesse uma ebulição nessa tribuna de Imprensa, como em outros momentos tive a oportunidade de assistir nesta Casa.

E chego num plenário também vazio e silente, como se a Bahia de hoje já não fosse uma Bahia diferente da de ontem. Porque se ontem existia alguma dúvida pairando nos ares da Bahia, em terra, céu e mar, hoje há um fato concreto. Quero dizer que em outros momentos da minha atividade política, parlamentar, já ocupei esta tribuna para apontar erros e apontar o dedo contra o Tribunal de Justiça da Bahia sem medo, sem amarras. Estou surpreso, deputado Bacelar, porque não é crível, não é possível que essa sociedade não se movimente por nada. Será que as instituições estão tão desvalorizadas pelo povo que nem mais o Poder Legislativo, nem mais o Poder Judiciário valem nada para o povo da Bahia? Eu me pergunto que Estado é esse, que País é esse no qual as pessoas se conformam em não poder confiar mais no seu derradeiro instituto recursal que é a Justiça? Como é que pode se sonhar com democracia se não se confia na Justiça? Não é possível.

Não estou aqui para fazer proselitismo político nem para chutar cachorro morto. Estou aqui diferentemente do que alguns juízes fazem - e já fizeram comigo inclusive, num passado recente - de julgar pelos pedidos, pelo controle externo do Judiciário e não pelo que manda a letra fria da lei. Mas eu, diferentemente, num passado recente, perdi uma votação do Pleno do Judiciário que hoje foi julgado pelo Conselho Nacional de Justiça, simplesmente porque chamei o governador de canalha, protegido que estou pelas constituições do Estado e Federal, porque desta tribuna os

meus pensamentos e minhas opiniões são protegidos pela imunidade. E o Tribunal de Justiça da Bahia, que recebe o controle externo emanado do Palácio de Ondina, julgou a admissibilidade para a abertura de um processo contra um deputado, porque ali naquele momento o que estava em jogo não era o deputado. O que estava em jogo eram a Constituição Federal, a Constituição do Estado, o Poder Legislativo, o direito de os juízes inclusive emitirem suas opiniões, o direito de o jornalista emitir a sua opinião, o direito de Samuel Celestino usar a sua pena usando como norte apenas a sua consciência.

Mas venho aqui hoje, deputado Gaban, Líder do Democratas, para dizer que ninguém é réu sem direito à defesa. Quanto ao atual presidente e à ex-presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, estou preocupado com o achincalhe, com a avacalhação que vai se ter Brasil afora quando se falar da Bahia, já falam tão mal da Bahia, já se falava tão mal da Justiça da Bahia e o que não se está falando agora?

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Para concluir, deputado.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Vou concluir dizendo que a Constituição prevê que todos tenham o direito à plena defesa e ao contraditório. E mais, que é um direito inabalável e inarredável do cidadão, antes da sentença transitada em julgado todo mundo é inocente.

Eu quero dizer ao Dr. Mário Hirs, presidente afastado do Tribunal de Justiça da Bahia, e à Dr^a Telma Britto, ex-presidente do também Tribunal de Justiça, que o interesse maior pelo julgamento desta querela e pelo deslinde deste processo ou deste inquérito não é de Targino Machado, não é da Justiça, mas é daquele contra quem pesa a acusação.

Então, quanto mais rápida, quanto mais célere for a apuração, quanto mais rápido for este processo, mais rápido a sociedade há de tomar conhecimento de que o presidente do TJ e a ex-presidente, ambos afastados, são magistrados à altura do cargo que ocupam. Quero crer nisso, repito, quero crer, porque o que está em jogo não é o Dr. Mário Hirs ou a Dr^a Telma Britto, mas o que está em jogo é a Justiça da Bahia e é a honra de baianas e baianos. O que está em jogo é a Bahia não ter a sua história maculada e é não ter a nossa história escrita com a mão esquerda.

Rogo a Deus que, ao final deste processo, deputado João Carlos Bacelar, o ex-presidente e a ex-presidente, ambos afastados do tribunal, possam ter escrito e ter, em mãos, uma declaração de todos os tribunais de que eles são inocentes.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Para concluir, deputado.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Ao final disso, presidente, pergunto a V.Ex^a, aos Srs. Deputados e aos Srs. da Imprensa que quando Mário Hirs provar que não tem nada a ver com isso – eu não posso julgar, não sou juiz do que não conheço, nem sou litigante de má-fé –, pergunto àqueles que julgam, no caso, aos juízes, aos promotores da Bahia, quando a injustiça é cometida, quem retirará a injustiça? Porque os desembargadores afastados e investigados já estão apenados, porque estão servindo de chacota para a Bahia e para o Brasil afora.

Que Deus salve a Justiça!

Eu precisava falar, Sr. Presidente, repito, precisava falar.

Quero agradecer a V.Ex^a o tempo que me concedeu.

Não é possível que os deputados não venham à tribuna por medo. Tenho processos de meu interesse lá, mas acredito na Justiça da Bahia. Não posso prejudicar, pois não conheço o processo, portanto, não posso apontar o dedo contra os desembargadores afastados e investigados.

Rogo a Deus, novamente, para o bem da Assembleia Legislativa da Bahia!

Deputado Luciano Simões, meu colega e amigo, a Assembleia Legislativa da Bahia não está com vontade, também, de investigar nada. Não adianta esta coisa do proselitismo de dizer que a Presidência desta Casa precisa fazer requerimento. Requerimento para quê? Não tem feito para outras coisas. Não tem feito requerimento para análise interna.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Para concluir, deputado.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Quanto está valendo um requerimento da Assembleia Legislativa da Bahia com o Plenário vazio desta forma?

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o Líder do PT, deputado Rosenberg Pinto.

O Sr. Gaban:- Comunicação inadiável, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Claro, concedida.

O Sr. Gaban:- Gostaria de registrar a presença da comissão de alunos do Colégio Anísio Teixeira nas Galerias Paulo Jackson. Solicito ao meu caro amigo Rosenberg Pinto, como Líder do PT, aliado do governo, verificar a situação que eles estão denunciando.

Eles dizem que o diretor do Colégio Anísio Teixeira, eleito democraticamente, vinha fazendo um trabalho, segundo os estudantes, que agradava a toda a comunidade, aos professores e, sobretudo, aos alunos do colégio. Ele sofreu uma intervenção que ninguém entende. As aulas estão totalmente irregulares; a escola, sem limpeza. Está, praticamente, um caos total em final de ano.

Já que, provavelmente, deve cair a sessão, solicito a V.Ex^a verificar, junto ao secretário da Educação, o que está acontecendo na referida escola e qual o motivo da intervenção para que possamos dar a satisfação necessária.

Caros alunos do Colégio Anísio Teixeira, estou solicitando ao Líder do PT verificar junto ao secretário o que está ocorrendo. Com certeza absoluta, irá alguém ao colégio verificar e justificar a intervenção. Vocês, alunos, não podem ser prejudicados, sobretudo, ao final de ano que se aproxima.

Ao finalizar, deputado Targino Machado, sem querer entrar no mérito da questão, eu gostaria de dizer que, infelizmente, este é um dia de tristeza para todos nós baianos. Vemos que a Bahia fará parte de manchetes nacionais sobre o afastamento do presidente do Tribunal de Justiça. A Justiça que é a última instância que existe para que o cidadão defenda os seus direitos quando se sentir prejudicado. E ver um presidente, um desembargador ser afastado é uma coisa que, realmente, nos entristece muito. Espero que brevemente, também como V.Ex^a, seja tomada uma

decisão final, seja ela qual for, mas que não fique a mácula no Tribunal. Se alguém porventura tiver cometido algum deslize, que seja punido. Senão que tenha uma retratação pública para dizer que nada houve. Mas a solução tem de ser rápida e imediata, porque senão ficará ruim para a Justiça da Bahia e para todo o cidadão baiano.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto, Líder do PT, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, visitantes, primeiro, peço um tempo ao deputado Gaban para que eu possa responder a questão sobre o diretor do Colégio Anísio Teixeira. Sem dúvida alguma, verificarei isso junto ao governo do Estado.

Deputado Gaban, é lógico que é importante que o diretor seja eleito - e essa tese foi instituída pelo nosso governo. Essa é apenas uma regra administrativa tomada pelo governo, mas cabe a ele fazer as indicações dos diretores e secretários das escolas. É natural, foi apenas uma medida que o governo tomou do seu ponto de vista, mas não está amparada em lei. É apenas uma prerrogativa administrativa do Estado. Verificarei a situação, efetivamente, para poder responder aos representantes do Colégio Anísio Teixeira. Assim que terminar a sessão, dirigir-me-ei à Liderança do PT, e vocês podem passar lá que lhes darei as informações imediatamente.

Meu querido presidente Sandro Régis, quero agradecer antecipadamente pelo tempo. Hoje é o Dia Nacional da Cultura, 05 de novembro. Dia do nascimento do nosso querido Ruy Barbosa, que nos orgulha bastante. Quero fazer uma menção a essa figura extremamente ilustre do nosso Estado, baiano que nos orgulha pela sua contribuição ao Estado brasileiro e ao Estado baiano.

É lógico que, deputado Gaban, sem dúvida alguma, não quero entrar no mérito em relação ao Tribunal de Justiça do Estado da Bahia até porque não conheço, obviamente, o mérito da questão. Mas volto a afirmar que temos um problema, sim, na Justiça brasileira. Lamento, e já coloquei desta tribuna, a forma como o atual presidente Joaquim Barbosa do STF conduziu o processo de julgamento do mensalão. Na minha opinião, um julgamento político em que ele induzia seus pares, às vezes ameaçando-os, para que tomassem uma posição em que o acusado teria de provar que era inocente. Quando todo o regramento da legislatura jurídica brasileira é de que o acusador é que tem de provar a sua acusação. E há uma mudança de conceito nesse julgamento que fere consideravelmente os procedimentos da Justiça brasileira. Sobre esse fato aqui na Bahia, devemos esperar um pouco para sabermos o que realmente está acontecendo, para que esta Casa possa tomar uma posição, uma vez que se trata de um órgão que a Casa tem a obrigação de acompanhar os procedimentos.

Venho de São Francisco do Conde, onde se comemorou o Dia Nacional da Cultura. Lá, assinamos um contrato, convênio com uma empresa para a recuperação da Igreja do Monte, igreja histórica naquela cidade, dentro de uma demonstração da prefeitura de São Francisco do Conde, preocupada, obviamente, com a cultura e identidade cultural baiana.

Presidente, gostaria de falar que nós, do Legislativo, temos de ter a humildade

para entender determinadas situações. Se há um questionamento global com relação a essas questões aprovadas por esta Casa, com relação a taxa de incêndio, se há ajustes que possam ser feitos, não vejo problema quanto ao Líder do governo discutir; ele tem feito isso, recebendo as diversas representações da sociedade civil organizada, no sentido de verificar se há distorções, para que possamos fazer os ajustes. Não vejo problema quanto a Casa rever questões que possam prejudicar.

Embora já tenha dito pessoalmente, registrar. Às vezes fazemos comparações, por exemplo, como se os postos de gasolina fossem áreas de risco. Não é. É uma área de risco pequena, uma vez que todos os mecanismos de proteção são tomados, todos os tanques hoje, na nova legislação brasileira, são emparedados para evitar explosão, vazamento, com casco duplo e todo mecanismo com intertravamento das bombas para que, em qualquer situação, haja o travamento imediato, evitando qualquer tipo de acidente.

É lógico que acidentes acontecem até em nossas casas, mas são esses equipamentos modernos que, sem dúvida alguma, têm toda uma característica no sentido de se ajustar a essa legislação.

Ainda com relação ao que V.Ex^a levantou, numa tentativa de buscar um acordo em relação a esse fundo da cultura para que possamos fazer as reformas dos prédios históricos do nosso Estado, acho que o nosso Líder do governo está também atento a essa questão de fazer uma discussão. O envolvimento do IPAC, na minha opinião, é importante, pois é a instituição responsável pela restauração, uma espécie de guardião dos monumentos públicos e históricos do nosso Estado e do nosso País. Por conta disso, acho que envolvê-lo é muito importante, e levarei essa posição ao nosso líder no sentido de buscar uma saída.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Para concluir, deputado.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Para concluir, quero dizer, deputado Targino Machado, que realmente acho que precisamos fazer um debate sobre esta nossa Casa. Já me coloquei sobre essa situação.

Às vezes, aqui, de forma extemporânea, temos colocado projetos muito mais para darmos uma determinada satisfação. Na minha opinião, não há essa cobrança, e acabamos por votar projetos que vão de encontro ao próprio Legislativo, apenas para dar vazão à nossa visão às vezes midiática do Plenário.

Por conta disso, precisamos fazer um debate interno no sentido da valorização do Legislativo, para que possamos realmente estimular a participação popular nesta Casa.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o Líder da Oposição nesta casa, deputado Elmar Nascimento.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. da Imprensa, o Poder Legislativo, em especial a nossa Assembleia, é a caixa de ressonância da sociedade. Num instante, os gravíssimos fatos ocorridos hoje, nesta

Casa, sobretudo os Líderes, Líder da Minoria e o Líder da Maioria, tinham que se pronunciar, no meu entender, de forma conjunta para cobrar uma posição do Pleno do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

Aqui, nesta tribuna, de há muito, talvez o provérbio mais citado seja um de Octávio Mangabeira que diz: “Pense num absurdo, na Bahia tem precedente”. Hoje, a Bahia abre um novo precedente absurdo: o afastamento do atual presidente e da ex-presidente do Tribunal de Justiça. É um processo que corre em segredo de justiça, mas o Pleno do Tribunal de Justiça tem de se reunir urgentemente para, ao empossar o primeiro vice-presidente no cargo de um mandato que já se conclui, falar à Bahia, à sociedade que a justiça do Estado não está sob suspeição, que a justiça do Estado não tem nenhuma mácula e que nós não estamos aqui a aguardar um estado de intervenção iminente no Poder Judiciário do Estado. Até porque, pelo que conhecemos de diversos dos componentes do Poder Judiciário do Estado, aquele Tribunal, majoritariamente, é composto por homens e mulheres de bem e que tem uma vida ilibada.

O Tribunal precisa dar um respaldo à sociedade, porque a Bahia inteira, hoje, pasma está a assistir essa situação, e a única notícia que tem é o que a imprensa fala, ou seja, que é a questão do precatório. O que é isso? Foi pago? Foi desviado? Foi superfaturado? Foi consumado? Estamos diante de um fato muito grave. Não é possível que o Conselho Nacional de Justiça, órgão presidido pelo presidente do Supremo Tribunal Federal que tem representantes do Ministério Público, da OAB e do Superior Tribunal de Justiça, tenha julgado, por 11 dos 15 votos, pelo afastamento de dois desembargadores, sendo que um deles é o atual presidente do Poder, sem estar diante de um fato bastante grave que assim o justifique, porque senão esse órgão não sabe para que está existindo, nem de que forma está funcionando. Portanto, as coisas são graves.

Aliás, tem uma coisa no Tribunal que, de muito, não podemos concordar. Aqui, nós sofremos a Oposição no mandato passado, deputado Gaban, no que diz respeito à questão da regra da proporcionalidade, e fomos atropelados por uma decisão do presidente da Casa. Nós fomos ao Tribunal com um mandado de segurança e, como não havia condição de juridicamente julgar contra nós – era só o que queríamos, que o processo fosse julgado para que tivéssemos o direito de recorrer ao Superior Tribunal de Justiça –, nos foi negado esse direito. Não se conseguiu numa interferência externa... Aliás, essa relação – para não utilizar termos mais pesados – estreita, não é harmônica, que existe entre o Poder Executivo e o Poder Judiciário a Bahia inteira sabe que está errada. Tem secretário de Estado, era o secretário de Administração, que é indicado pela cúpula do Poder Judiciário. Hoje, o atual secretário da Fazenda do Estado foi indicado pela cúpula do Poder Judiciário! Eu deixo de ser deputado, mas não deixo de ter coragem de vir dizer as coisas erradas que acontecem no nosso Estado. Está aí o resultado!

Hoje, certo ou errado, quem vai provar é a própria Justiça e o CNJ, mas ter o presidente e a ex-presidente do Tribunal afastados, e essa cúpula... Ninguém pode negar, até pelas várias referências que o governador já fez em diversos

pronunciamentos e quando da posse do secretário de Administração, que era diretor do Ipraj... E aí nós estamos aqui sem saber o que aconteceu. E aí? Tem alguma coisa a ver com o precatório mesmo, porque o processo corre em segredo de Justiça, ou é coisa ligada à administração das finanças da própria justiça? Se for tem a administração financeira representada, hoje, pelo secretário da fazenda do Estado da Bahia que tem estreitíssimas relações com a cúpula do Poder Judiciário baiano.

Portanto, em nome dos votos que representamos, a Oposição quer explicações do Pleno do Tribunal de Justiça, porque, com o afastamento do presidente, a Mesa Diretora, a essa altura, não existe mais. Mas o Pleno do Tribunal de Justiça tem que se manifestar, seja para outorgar confiança de que nada há que se provar – não sabemos o que existe contra os dois desembargadores afastados –, seja para dizer que esperará a conclusão.

Esta é a Casa de ressonância da sociedade, e não pode se calar como se nada estivesse acontecendo em nosso Estado quando a cúpula do Poder Judiciário é atingida desta forma pela própria justiça. Não sou eu que estou dizendo, não são os deputados, mas o Conselho Nacional de Justiça, órgão máximo de controle de atos e de correição da Justiça do Brasil que realiza um ato inédito na Bahia. Nunca antes neste país, houve na história o afastamento de um presidente de tribunal. Mas justamente e infelizmente, está acontecendo em nosso Estado.

Com a palavra a nossa justiça através do Tribunal Pleno que precisa se manifestar com urgência. Enquanto não se manifestar, todo o tribunal está sob suspeição.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, primeiro quero dizer deputado Elmar Nascimento que...

O Sr. Elmar Nascimento:- Fale da tribuna e não numa questão de ordem.

O Sr. Rosemberg Pinto:- A minha questão de ordem é para pedir uma verificação de quórum. Mas antes quero dizer, deputado Elmar Nascimento, que li todos os noticiários e não vi nenhuma alusão ao secretário Manoel Vitório. Ele é um homem sério, uma pessoa ilibada e não há nenhum processo, nenhum questionamento público em relação ao secretário.

Como amigo de Manoel Vitório, e pelo fato de ser secretário do governo do qual o meu partido é o gestor, sinto-me na obrigação de dizer que a questão colocada por V.Ex^a diz respeito ao Tribunal de Justiça. E todas as notas colocadas, até agora, dizem respeito às relações internas do Poder Judiciário, nada relacionado ao governo do Estado da Bahia. Fiz essa correção por tratar-se de um secretário, inclusive, da relação da maioria dos deputados desta Casa.

Quero, Sr. Presidente, neste momento pedir uma verificação de quórum para

continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Questão de ordem do deputado João Carlos Bacelar, e depois o deputado Targino Machado.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Deputado Sandro Régis, nós vamos reiterar o pedido de verificação de quórum.

Esta Casa vive um momento especial, mesmo vazia. E por isso quero reiterar as colocações do deputado Gaban. Nós estamos recebendo, hoje, oito jovens do grêmio estudantil de um colégio importantíssimo do sistema de ensino público da Bahia, que é o Colégio Estadual de Aplicação Anísio Teixeira. Esses jovens vieram a esta Casa confiando nos deputados estaduais baianos. O deputado Gaban falou e o deputado Rosemberg Pinto disse que irá levar o assunto para o secretário.

Nós precisamos dar um exemplo a esses jovens. São jovens dirigentes do grêmio e estão se preparando, porque no futuro poderão ser deputados. Mas não serão se as condições do Colégio Estadual de Aplicação Anísio Teixeira continuarem como estão, ou seja, sem merenda, desgoverno, incompetência da diretoria, perseguição à representação estudantil, condições físicas ruins – transformaram a quadra em estacionamento – e não há merenda.

Então, estamos, aqui, parabenizando os jovens e agradecendo-lhes pelo voto de confiança que dão ao Poder Legislativo da Bahia. Tenho certeza que o Líder do governo irá levar a reivindicação ao Sr. Secretário da Educação.

Reitero a questão de ordem do ilustre deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Questão de ordem do deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, que essa verificação seja nominal, que o painel seja zerado e se conceda os 15 minutos de praxe nesta Casa, apesar dos “jus esperneandi” do nobre deputado Líder do PT, mas é a praxe da Casa, deputado Rosemberg.

Concluindo a minha questão de ordem, só tenho a lamentar que o Poder Legislativo da Bahia esteja tão apequenado, sendo um Poder sem poder. Embora esteja prescrito na Constituição do Estado que o Tribunal de Contas do Estado é um órgão auxiliar da Assembleia Legislativa, isso é letra morta. Veja-se, por exemplo, como citou o deputado Luciano Simões, que esta Casa está tomada de um desprestígio que não vem de fora para dentro, mas, de forma inversa, de dentro para fora, porque nem um fato absolutamente relevante e desmoralizante para a nossa história como o acontecido hoje mobiliza este Parlamento, mobiliza os deputados a virem ao Plenário para prestar solidariedade à Constituição e à história da Bahia, que está sangrando.

Quem perde hoje não são os desembargadores investigados ou apeados do Poder. Quem está perdendo hoje é a Justiça da Bahia, e ela já não tem muito prestígio a perder. Mas o resto que ainda tem ser jogado no lixo, deputado João Carlos Bacelar, é terrível.

Lamento profundamente e fico, de novo, a rogar, a pedir a Deus, porque é o único que pode todas as coisas, que se chegue a um desfecho rápido, de maneira célere. Não com a celeridade empregada pela Justiça baiana, que o Conselho Nacional de Justiça não seja espelho do Tribunal de Justiça da Bahia em sua falta de celeridade.

Que o Conselho Nacional de Justiça julgue, diante das provas que deve ter, com celeridade para apresentar, de pronto, a sua sentença, culpando ou apresentando uma certidão de inocência para aqueles que, hoje, por serem acusados, já estão apenados. Porque na sociedade brasileira funciona assim, basta existir uma dúvida que o cidadão ou a cidadã já se torna culpado.

Tenho fé, creio, Sr. Presidente, que os maiores interessados, hoje, no deslinde, na apuração são os desembargadores afastados, Mário Hirs, presidente do TJ, e Telma Britto, apesar de sempre terem votado contra a Constituição em relação a Targino, sempre terem votado contra os meus interesses, porque lá eu perco sempre a unanimidade, quero dizer que sou um legalista, e qualquer cidadão, por mais pobre e miserável, precisa ter como cobertor, como guarda-chuva, a Constituição, que diz que todo cidadão é inocente até que se prove o contrário. Para mim, o presidente e a ex-presidente do Tribunal apeados do poder são inocentes. Então, que se julgue logo, que o Conselho Nacional de Justiça não siga o rastro da morosidade da Justiça da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Srs. Deputados, gostaria de que V.Ex^{as} dessem presença para verificação de quórum. Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Eu queria fazer um apelo ao deputado Targino.

O Sr. Targino Machado:- Eu retiro, excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Retirou. Então, havendo apenas os deputados Elmar Nascimento, Pedro Tavares... Questão de ordem do deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Presidente, só para ficar claro. Eu não acusei o secretário Manoel Vitório de nada. Apenas disse que ele foi indicado pela cúpula do Poder Judiciário, e isso a Bahia toda sabe. Se ele cometeu ou deixou de cometer alguma coisa, eu não sei. Eu falei que essa relação não é de harmonia. É uma relação estreita, que termina sendo contaminada, e a Bahia inteira sabe que ele é indicado pela cúpula do Poder Judiciário.

Eu só queria fazer esse registro.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Eu só quero aqui dizer que o governo convidou o secretário Manoel Vitório. Não houve indicação do Judiciário, para deixar claro aqui.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a presença do deputado Elmar Nascimento, Paulo Azi, Carlos Gaban, Bruno Reis, João Carlos Bacelar, Luciano Simões, Capitão Tadeu, Vando, Bira Corôa, Maria Luiza, Pedro Tavares, Rosemberg

Pinto, Adolfo Menezes e Sandro Régis, não havendo quórum legal, declaro encerrada a presente sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*